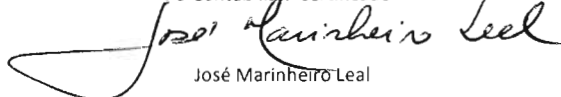


## Balço em 31 de dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
<b>ATIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo não corrente</b>		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	6	249.081,24	248.200,69
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	7	763,13	330,37
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>249.844,37</b>	<b>248.531,06</b>
<b>Ativo corrente</b>		0,00	0,00
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	8	1.185,70	8.834,10
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0,00	0,00
Diferimentos	11	11.237,31	109,48
Outros ativos correntes	10	5.564,56	103.434,80
Caixa e depósitos bancários	5 - 12	80.247,43	8.731,36
<b>Total ativo corrente</b>		<b>98.235,00</b>	<b>121.109,74</b>
<b>Total ativo</b>		<b>348.079,37</b>	<b>369.640,80</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>		0,00	0,00
Fundos	13	757,83	757,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	319.154,76	310.384,58
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-11.728,33</b>	<b>8.770,18</b>
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
<b>Total fundos patrimoniais</b>		<b>308.184,26</b>	<b>319.912,59</b>
<b>Passivo</b>		0,00	0,00
<b>Passivo não corrente</b>		0,00	0,00
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
<b>Total passivo não corrente</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>		0,00	0,00
Fornecedores	15	11.681,95	1.041,92
Estado e outros entes públicos	9	3.370,55	3.215,05
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11	156,00	12.988,40
Outros passivos correntes	16	24.686,61	32.482,84
<b>Total passivo corrente</b>		<b>39.895,11</b>	<b>49.728,21</b>
<b>Total passivo</b>		<b>39.895,11</b>	<b>49.728,21</b>
<b>Total fundos patrimoniais e passivo</b>		<b>348.079,37</b>	<b>369.640,80</b>

O Contabilista Certificado



José Marinheiro Leal

O Presidente da Direcção



Pedro Miguel dos Reis Mourão

## Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2019

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	17	53.802,14	69.790,34
Subsídios, doações e legados à exploração	18	202.259,45	124.035,92
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	19	-57.467,35	-51.453,47
Gastos com o pessoal	20	-164.232,17	-189.855,98
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Outras imparidas (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	21	10.464,40	103.192,17
Outros gastos	22	-48.670,05	-36.400,31
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>-3.843,58</b>	<b>19.308,67</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	-7.884,75	-10.538,49
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>-11.728,33</b>	<b>8.770,18</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-11.728,33</b>	<b>8.770,18</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-11.728,33</b>	<b>8.770,18</b>

O Contabilista Certificado



José Marinheiro Leal

O Presidente da Direcção



Pedro Miguel dos Reis Mourão



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 1 Nota introdutória

A Associação Portuguesa de Surdos foi fundada em 24/09/1958, tem a sua sede na Rua Professor Orlando Ribeiro, 5-B, 1600-796 LISBOA e tem o NIPC 500950253.

É uma instituição particular de solidariedade social que tem por objectivo as seguintes actividades:

- 1) – Representação da comunidade surda juntos de organismos públicos;
- 2) - Apoio aos sócios para a prática de actividades desportivas;
- 3) – Apoio aos sócios seniores na ocupação de tempos livres e na organização de actividades de convívio;
- 4) – Apoio a sócios, através de programas de promoção de desenvolvimento cultural e social.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### a) *Referencial contabilístico*

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho - Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Portaria 218/2015 de 23/07 – Códigos de contas a adoptar pelas ESNL.
- Portaria 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL.

A entidade adoptou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2011, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2011 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2010, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2011

### b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### c) *Regime do acréscimo*

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

d) **Classificação dos activos e passivos não correntes**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

e) **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) **Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) **Derrogação das disposições do SNC**

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

### 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transacções.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**b) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 50 anos
- Equipamento básico	- 2 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 2 a 8 anos

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

**c) Imposto sobre o rendimento**

A Entidade está isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

**d) Inventários**

No final do período que terminou em 31 de Dezembro de 2019 a Entidade não possuía quaisquer bens em inventário.

**e) Clientes/Utentes e outros valores a receber**

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**f) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa**

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

**g) Provisões**

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação, não tendo reconhecido existência de contingências que pudessem conduzir à criação de Provisões.

**h) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal que é substancial equivalente ao seu justo valor.

**i) Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

**j) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**k) Rédito e regime do acréscimo**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

**l) Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

**4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros**

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correcções de erros materiais de exercícios anteriores.

**5 Fluxos de caixa**

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2018 e no final do exercício transacto, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Numerário	4 880	1 992
Depósitos bancários	75 367	6 739
Instrumentos financeiros	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>80 247</b>	<b>8 731</b>







ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 7 Investimentos financeiros

No final dos períodos que terminaram em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Activos intangíveis” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros investimentos financeiros-	-	-	-	-
- Fundo de compensação salarial	763	-	-	330
	<u>763</u>	-	-	<u>330</u>
	-	-	-	-
	<u>763</u>	-	-	<u>330</u>

## 8 Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Créditos a Receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes/Utentes conta corrente	1 186	-	-	8 834
Clientes/Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	<u>1 186</u>	-	-	<u>8 834</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>1 186</u>	-	-	<u>8 834</u>

## 9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-19	31-Dez-18
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Tributos das autarquias locais	-	-
Outras tributações	-	-
	-	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	442	282
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	2 904	2 908
Tributos das autarquias locais	-	-
Outras tributações	25	25
	<u>3 371</u>	<u>3 215</u>



## ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

#### 10 Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Sector Publico Administrativo-IGFSS	-	-	-	76.997
Sector Publico Administrativo-IEFP	524	-	-	18.974
Adiantamentos a fornecedores	4.417	-	-	3.604
Devedores diversos	624	-	-	3.859
Acrécimos de Proveitos	-	-	-	-
	<b>5.564</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.435</b>

#### 11 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
<b>Activo</b>		
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	-	-
Gastos pluriénais a reconhecer-Obras	-	-
...	-	-
...	-	-
Gastos diversos a reconhecer	11 237	109
	<b>11 237</b>	<b>109</b>
<b>Passivo</b>		
...	-	-
...	-	-
Rendimentos diversos a reconhecer	156	12 988
	<b>156</b>	<b>12 988</b>

#### 12 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Caixa	4 880	1 992
Depósitos à ordem	75 367	6 729
Depósitos a prazo	-	-
...	-	-
Outros	-	-
	<b>80 247</b>	<b>8 721</b>



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**13 Fundos**

Em 31 de Dezembro de 2019 o fundo social da Entidade, totalmente realizado, era de 757,83 euros.

**14 Resultados transitados**

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 8770,18 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

**15 Fornecedores**

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Fornecedores conta corrente	11 682	1 042
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Facturas em recepção e conferência	-	-
Outros fornecedores	-	-
	<b>11 682</b>	<b>1 042</b>

**16 Outros passivos correntes**

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	111
Fornecedores de Imobilizado-c/corrente	-	-	-	-
Credores c/ Rend. Profissionais	-	-	-	-
Encargos c/ Férias a Liquidar	18 582	-	-	18 284
Sector Público Administrativo-IEFP	5 153	-	-	-
Outras contas a pagar	952	-	-	14 088
	<b>24 687</b>	-	-	<b>32 483</b>



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**17 Vendas e serviços prestados**

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2019 e de 2018, foram como segue:

	31-Dez-19			31-Dez-18	
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-
Vendas de produtos acabados	-	-	-	-	-
Vendas de desperdícios e refugos	-	-	-	-	-
Quotizações e Joias	5.855	-	5.855	5.527	-
Prestações de serviços	47.947	-	47.947	64.263	-
	<b>53.802</b>	-	<b>53.802</b>	<b>69.790</b>	-

**18 Subsídios, doações e legados à exploração**

Nos períodos de 2019 e de 2018 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Centro Regional Seg. Social Lisboa	20 591	20 591
Inst. Emp. Formação Profissional	143 734	89 197
Federação Portuguesa Associações Surdos	4 500	-
Câmara Municipal de Lisboa	8 376	1 824
INR-Inst.Nacional para a Reabilitaçãp	-	-
Outros subsídios e donativos	25 058	12 424
	<b>202 259</b>	<b>124 036</b>

**19 Fornecimentos e serviços externos**

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	36 217	31 642
Materiais	3 254	2 776
Energia e fluídos	4 536	4 467
Deslocações, estadas e transportes	10 025	9 074
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	173	-
Comunicação	2 407	2 065
Seguros	-	108
Royalties	59	118
Contencioso e notariado	-	386
Despesas de representação	140	180
...	-	-
Outros serviços	656	637
	<b>57 467</b>	<b>51 453</b>



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**20 Gastos com pessoal**

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	112 330	134 084
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	23 359	27 955
Seguros	1 115	1 389
Gastos de acção social	10 539	8 558
Outros gastos com o pessoal	16 889	17 870
	<b>164 232</b>	<b>189 856</b>

O número médio de empregados da Entidade no exercício de 2019 foi de 8 e no exercício de 2018 de 8.

**21 Outros rendimentos**

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Rendimentos suplementares	10 301	12 685
Ganhos em activos fixos tangíveis	-	-
Outros rendimentos e ganhos	-	-
-Correcções relativas a exercícios anteriores	-	1 018
-Imputação de subsídios para investimentos	-	-
-Outros rendimentos não especificados	163	251
	-	-
Subsídios para formação profissional – FSE	-	89 238
	-	-
	<b>10 464</b>	<b>103 192</b>

**22 Outros gastos**

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Impostos	82	12
Outros gastos e perdas	-	-
-Correcções relativas a exercícios anteriores	8 617	2 013
-Multas fiscais e não fiscais	-	-
-Quotizações	1 000	850
-Confraternização de associados e actividades desportivas	12 530	11 071
- Outros gastos e perdas não especificados	-	118
Custos com accções financiadas pelo FSE	26 441	22 336
	-	-
	<b>48 670</b>	<b>36 400</b>



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SURDOS

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**23 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-19			31-Dez-18		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	7 885	-	7 885	10 538	-	10 538
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<b>7 885</b>	<b>-</b>	<b>7 885</b>	<b>10 538</b>	<b>-</b>	<b>10 538</b>

**24 Eventos subsequentes**

O presente Relatório foi efetuado no contexto da epidemia causada pelo novo Coronavírus, doença designada por COVID-19. Não obstante a situação global, prevemos que o impacto negativo que possamos vir a ter não comprometerá muito significativamente a atividade futura da APS

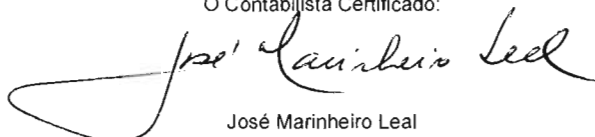
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

**25 Informações exigidas por diplomas legais**

A Direcção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direcção informa que a situação da entidade perante a segurança social se encontra regularizada..

O Contabilista Certificado:

  
José Marinheiro Leal

O Presidente da Direcção:

  
Pedro Miguel dos Reis Mourão